

Habitante do Timor Leste vota com o auxílio de um observador da ONU nas eleições que produziram a independência. (1999)

Arquivo de imagens da CP:
David Longstreath



Governança e responsabilidade

Tribunal Penal Internacional

As violações mais graves ao direito humanitário internacional geralmente são cometidas contra civis. Além do custo humano de tais atrocidades, a legitimidade e a eficácia do sistema internacional é minada pela impunidade dos responsáveis. A instituição de um Tribunal Penal Internacional ajudará a substituir uma cultura internacional de impunidade por uma cultura de responsabilidade individual.

Em parceria com organizações não-governamentais (ONGs) e governos que pensam da mesma forma, o Canadá vem advogando ativamente em favor da criação de um Tribunal Penal Internacional. O Canadá ratificou nacionalmente o estatuto no dia 7 de julho de 2000. Internacionalmente, o Canadá empenha-se em promover a ratificação universal do estatuto, de modo a conferir ao Tribunal Penal Internacional a mais ampla jurisdição que for possível. Esta estratégia incluirá a colaboração com outros elementos da comunidade internacional a fim de fornecer a assistência técnica necessária para que outros governos implementem o estatuto.

Reforma do setor de segurança

Em muitos países, as instituições de segurança criadas para proteger o público constituem, na realidade, uma grande ameaça à segurança humana. As forças militares e policiais autoritárias, indisciplinadas ou corruptas podem ser grandes violadoras dos direitos humanos. A reforma do setor de segurança, que inclui instituições como serviços judiciais, correccionais e mecanismos civis de inspeção, ajuda a lançar as bases da confiança e responsabilidade que são essenciais para a paz e a segurança.

Por estas razões, as instituições de segurança eficazes, econômicas e responsáveis vêm se tornando um dos principais objetivos nas operações de apoio à paz, constituindo um elo importante entre as intervenções realizadas imediatamente após a crise e a consolidação e o desenvolvimento da paz a longo prazo. As atividades de reforma do setor de segurança vão do treinamento em direitos humanos e relações comunitárias até a mobilização de especialistas como parte das operações de apoio à paz. O Canadá reconhece a necessidade de uma abordagem integrada que trate dos desafios comuns enfrentados pelas instituições de segurança, de modo a contribuir para com a segurança da população e a responsabilidade do governo.

Corrupção e transparência

A corrupção é uma ameaça à segurança humana porque ela debilita a capacidade de o estado desempenhar sua principal função - fornecer segurança aos seus cidadãos. Em alguns casos, a própria corrupção pode ser a causa do conflito. A corrupção acarreta consequências econômicas e políticas, e essencialmente envolve o abuso das instituições públicas para a obtenção de lucro pessoal.

O compromisso com a transparência e com a responsabilidade institucional dos governos é essencial no combate à corrupção. As iniciativas internacionais de combate à corrupção concentram-se na criação, ratificação e implementação de algumas convenções chave. Na ONU, o Canadá foi um dos patrocinadores da Declaração Contra a Corrupção e o Suborno em Transações Comerciais Internacionais em 1996. No âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Canadá ratificou a Convenção de Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Internacionais em 1998; e, na Organização dos Estados Americanos (OEA), o Canadá assinou a Convenção Interamericana Contra a Corrupção em junho